

COMO SE ENTRELAÇAM A EDUCAÇÃO E O EMPREGO? CONTRIBUTOS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE LICENCIADOS, MESTRES E DOUTORES

Mariana Gaio Alves

Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento
Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa
mga@fct.unl.pt

Resumo

As transições entre ensino superior e esfera da profissão têm assumido nos últimos anos uma visibilidade social crescente, sublinhando-se as dificuldades de acesso ao emprego por parte dos diplomados de ensino superior. Neste artigo, procura-se explicitar a natureza destas dificuldades sentidas pelos diplomados ao longo dos seus percursos, bem como se tenta clarificar as razões que estão na origem da crescente visibilidade desta temática. Para tal, após uma breve análise sócio-histórica sobre a emergência do campo de investigação centrado nas relações entre sistema educativo e trabalho/emprego, identificam-se e caracterizam-se um conjunto de perspectivas teóricas fundamentais neste domínio de pesquisa. Num segundo momento, reúnem-se alguns contributos de duas investigações sobre diplomados de ensino superior por nós realizadas, recorrendo aos resultados de dois inquéritos por questionário que permitem caracterizar os percursos académicos e profissionais de licenciados, mestres e doutores.

Palavras-chave: Licenciados; Mestres; Doutores; Ensino Superior; Emprego

Abstract

In the latest years, transitions from higher education into professional environment have been taking a growing social visibility, and difficulties in employment access by higher education graduates are highlighted. In this paper, the nature of such difficulty felt by graduates in the course of their professional pathways will be developed, as well as the reasons that give rise to the growing visibility of this thematic. For so doing, after a brief socio-historical analysis of the emergence of this research



field, centred on the relationships between education system and work/employment, a set of fundamental theoretical perspectives in this research domain are both identified and characterised. In a second moment, some contributions are gathered from two investigations we have carried out on higher education graduates, taking into account the results of two questionnaires that enable us to characterise the academic and professional paths of graduates, masters and doctors.

Key-words: Graduates; Masters; Doctors; Higher Education; Employment

Nota Introdutória: Expectativas sobre os Diplomas de Ensino Superior

Para os mais jovens, as afirmações de que um “futuro melhor” implica o prolongamento dos seus percursos escolares, desejavelmente até ao nível do ensino superior, fazem parte do quotidiano, tanto nos discursos mais políticos e institucionais, como nas conversas com familiares e amigos.

Será por essa razão que, se interrogarmos alguns estudantes de licenciatura sobre as razões que os levaram a escolher continuar a estudar até à obtenção de um diploma de ensino superior, constatamos que o fizeram para conseguir “um estatuto social mais elevado”, “melhores oportunidades de emprego e de remuneração”, “uma profissão mais digna”, “uma vida mais estável e satisfatória” ou ainda porque “sempre idealizei isso”, “nunca pensei não seguir para o ensino superior” e “a minha família sempre esperou que o fizesse”.¹

É possível apercebermo-nos, também nos nossos quotidianos, de que as formações pós-graduadas de nível superior (sobretudo mestrados mas também doutoramentos) têm vindo a surgir, nos últimos anos, como uma alternativa cada vez mais habitual no desenrolar dos percursos dos jovens após a licenciatura². Ou seja, no cenário actual em que as dificuldades de inserção profissional dos recém-licenciados são, frequentemente, objecto da atenção pública, estes jovens são muitas vezes aconselhados pelos mesmos familiares e amigos a continuar os seus percursos académicos. Estaremos, neste caso, perante estratégias de acumulação de

¹ Sem pretensões de representatividade recorremos, a título ilustrativo, a algumas citações dos próprios alunos nas suas respostas a um pequeno questionário com finalidades pedagógicas cujo preenchimento temos vindo a solicitar ao longo dos últimos dois anos. Tratam-se de alunos de licenciaturas em Ensino (das Ciências da Natureza, da Física e da Química e de Matemática) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL.

² A análise de dados estatísticos disponíveis a nível nacional com base nos Recenseamentos Gerais da População (Instituto Nacional de Estatística) indicam que o número de diplomados com mestrado ou doutoramento completos passa de cerca de 2000 em 1991 para cerca de 32000 em 2001.

credenciais académicas como forma de contornar as dificuldades actuais dos processos de inserção profissional dos jovens licenciados.

Partindo destas observações do quotidiano, este artigo procura contribuir para explicitar as razões que fundamentam tais afirmações, atitudes e estratégias, bem como para clarificar a sua efectiva correspondência com o modo como se processam as transições que unem educação e trabalho. Para tal, numa primeira parte analisamos sucintamente a emergência e evolução da problemática das relações entre educação e trabalho/emprego enquanto problema social e como objecto de investigação. Numa segunda parte, apresentamos alguns dados empíricos decorrentes da nossa investigação nestes domínios. Por fim, procuramos delinear alguns elementos conclusivos que conduzem a novos questionamentos.

As Relações entre Educação e Emprego: Problema Social e Problemática Científica

A temática das relações entre sistema educativo e mundo do trabalho tem sido objecto de atenção ao longo dos tempos tanto no plano social, concentrando as preocupações dos alunos e suas famílias e dos responsáveis políticos, como também no plano científico interessando diversas áreas disciplinares (Sociologia, Economia, Psicologia e outras) que se ocupam da análise de fenómenos educativos. Uma retrospectiva histórica revela-nos a evolução dos contextos em que acontecem as transições entre educação e emprego, assim como a mudança dos quadros teóricos conceptuais utilizados na sua abordagem.

Emergência sócio-histórica de um problema social

A problematização das transições entre espaço educativo e espaço da profissão é marcada, nos termos de Dubar (2001), por duas grandes rupturas históricas. De um ponto de vista cronológico, a primeira grande ruptura histórica corresponde à generalização da actividade assalariada e ao desenvolvimento de um sistema educativo institucionalizado. Com efeito, é de notar que a análise das relações entre educação e emprego só adquire sentido e pertinência num dado momento da evolução societal quando, para a maior parte da população, os espaços de trabalho e educação começam a estar dissociados e, por estarem dissociados, se coloca a questão da passagem entre eles. Segundo alguns autores (Bulle, 2000; Charlot e Glasman, 1998), esta dissociação de espaços de existência começa a verificar-se



durante o século XIX e traduz-se numa alteração dos modos de vida da maior parte da população. Esta alteração significa que os espaços de formação, vida e trabalho deixam de se confundir e que a reprodução da força de trabalho deixa de se operar no quadro da pequena unidade familiar³.

Existe uma segunda grande ruptura histórica que, nas últimas décadas do século XX, marca também a problematização das transições entre educação e trabalho, a qual corresponde à dissociação entre conclusão dos estudos e obtenção de um emprego.

Ou seja, reconhece-se que a posse de um diploma não assegura, de forma automática, a entrada num emprego de nível correspondente ao diploma, assistindo-se a um debate social particularmente aceso sobre a passagem do espaço escolar para o espaço profissional.

Neste debate, as dificuldades de emprego dos diplomados de ensino superior tornam-se o objecto de uma atenção pública preocupada e preocupante, bem como são um indicador adoptado correntemente para emitir juízos avaliativos sobre o ensino superior. É de notar que, no caso específico dos diplomados de ensino superior, um novo contexto de transição entre educação e emprego decorre da expansão assinalável do ensino superior, das tendências de mudança económica e profissional e das alterações dos contornos dos empregos, carreiras e percursos profissionais destes diplomados.

Perspectivas teóricas tradicionais

Em termos de actividade científica, as alterações dos contextos em que se processa a passagem dos espaços escolares para os espaços profissionais estão associadas ao surgimento e reformulação de um conjunto de perspectivas teóricas e trabalhos de investigação sobre estas temáticas.

No campo da Economia, três correntes teóricas conhecidas como Teoria do Capital Humano e abordagens das Necessidades de Recursos Humanos e da Procura Social de Educação são contemporâneas e constituem aquilo que alguns (Blaug, 1985) apelidam de “primeira geração da Economia da Educação”, revelando-se

³ Neste domínio, constituem excepções os padres, médicos e juristas, cuja formação está desde a Idade Média associada a espaços não familiares e a instituições específicas, como as escolas religiosas, seminários e universidades. Aliás, a criação de universidades na Europa a partir de finais do século XII explica-se, em parte, pela vontade de os diferentes poderes régios disporem de médicos e juristas devidamente preparados para apoiar a sua acção governativa.



adequadas para as tentativas de compreensão e explicação da realidade vivida durante as décadas de 50, 60 e 70 do século XX.

A abordagem das Necessidades de Recursos Humanos centra-se nas exigências do mercado de trabalho, baseando-se no princípio de que as políticas educativas devem orientar-se pelas necessidades e exigências identificadas pelos actores económicos como essenciais para o reforço das actividades económicas (Teichler e Kehm, 1995). A abordagem da Procura Social de Educação tem como princípio o acesso aberto e livre ao ensino superior, baseando-se na liberdade de escolha, procura de talento e igualdade. As duas abordagens constituíram instrumentos de planeamento educativo que vieram a ser postos em causa a partir da década de 70, afirmando-se a dificuldade em projectar necessidades da economia e planear as políticas educativas correspondentes com exactidão. Noutros termos, constata-se que a dificuldade em planear a relação entre a estrutura profissional de uma dada economia e as exigências educacionais que a mesma coloca, bem como os obstáculos encontrados na realização de previsões de necessidades de recursos humanos a longo prazo, ou mesmo apenas para os 3 ou 4 anos seguintes, introduzem um elemento de incerteza no planeamento educativo e conduzem ao abandono destas abordagens.

É, porém, a Teoria do Capital Humano que mais significativamente constitui uma referência inaugural e incontornável no campo da investigação das relações entre educação e trabalho/emprego, ao permitir, por um lado, introduzir o factor educação na análise do crescimento económico e, por outro lado, considerar a educação como um “investimento” e não simplesmente um “bem de consumo”. Aliás, as repercussões desta perspectiva teórica estendem-se à formulação das políticas de emprego e formação (Oliveira, 1998) e ao plano das escolhas escolares e de emprego de indivíduos e empresas (Cabrito, 1999).

Na verdade, de acordo com as visões dominantes no período anterior aos anos 60, as quais são prévias à emergência desta teoria, a educação constitui um bem de consumo cuja procura estaria dependente de factores como o gosto pessoal ou o rendimento familiar. Ainda que a procura de educação esteja também dependente da “capacidade” pessoal, os economistas não se interessaram pela análise desta questão, deixando aos sociólogos e psicólogos sociais a tarefa de demonstrar que “gosto” e “capacidade” pessoais são influenciados pela origem social dos alunos e pelo nível de escolaridade dos seus pais.



O principal pressuposto da Teoria do Capital Humano é o de que as pessoas com um elevado nível de instrução são mais produtivas e recebem um salário mais elevado, o que significa que os diplomados de ensino superior receberiam salários mais elevados do que os diplomados de outros níveis de ensino, devido ao facto de garantirem uma produtividade mais elevada. No plano colectivo, conseqüentemente, o investimento na elevação dos níveis educacionais da população traduz-se, necessariamente, num maior desenvolvimento económico⁴.

A partir dos anos 70 do século XX, as modificações ocorridas no modo como se processam as passagens entre o sistema educativo e o mundo do trabalho e do emprego, reflectem-se numa controvérsia em torno da delimitação dos diferentes conceitos e perspectivas teóricas a utilizar nestes trabalhos. A versão original da Teoria do Capital Humano vai sendo objecto de várias críticas e reformulações dando origem a um conjunto diversificado de perspectivas teóricas.

Nomeadamente, logo na década de 70 do século XX emergem as Teorias do Sinal e do Filtro⁵ que decorrem da verificação de inúmeras anomalias nos múltiplos trabalhos que procuraram calcular as taxas de retorno do investimento, tanto a nível individual como a nível colectivo, as quais levam a questionar alguns pressupostos iniciais da versão original da Teoria do Capital Humano. De entre essas anomalias, destaquem-se as dificuldades em estabelecer as taxas de retorno dos vários tipos e níveis de educação, bem como em calcular os retornos não – pecuniários dos investimentos efectuados.

As duas teorias têm em comum a tentativa de responder a duas críticas principais que podem ser formuladas à versão original da Teoria do Capital Humano: uma delas sustenta que outras dimensões, não económicas, interferem nas escolhas e decisões de diplomados e empregadores e a outra defende que o desempenho profissional dos indivíduos não depende unicamente da sua formação académica. Ao longo dos anos, diferentes estudos têm vindo a produzir evidência empírica que permite suportar estas críticas.

⁴ Nestas condições, desenvolvem-se numerosos trabalhos para definir e medir as taxas de retorno, nos planos colectivo e individual, do investimento em educação. Economistas como Denison, Schultz e Becker defendem a ideia de que a educação e a formação constituem factores de investimento no plano colectivo, os quais têm um contributo para a produtividade e para o crescimento económico que é possível procurar quantificar. No plano individual, os autores referidos sugerem que o investimento do sujeito em educação, ao aumentar a sua produtividade, provocará um retorno do investimento efectuado através da obtenção de melhores níveis salariais e de postos de trabalho mais prestigiados.

⁵ De acordo com Cerdeira (1999), a distinção entre Teoria do Sinal e do Filtro é utilizada para diferenciar as contribuições, respectivamente, de Spence e de Arrow. No entanto, as duas perspectivas partilham de um grande número de princípios e pressupostos e, por esta razão, na bibliografia consultada são por vezes referenciadas conjuntamente.

As duas teorias têm também em comum o facto de rejeitarem a visão neo – clássica de que no mercado de trabalho se confrontariam, de forma independente, oferta e procura de emprego. Aliás, as teorias do Sinal e do Filtro assentam no pressuposto de que a informação no mercado de trabalho, utilizada na selecção e recrutamento de trabalhadores, é imperfeita. Neste âmbito, os resultados escolares e académicos são um dos factores de selecção utilizados pelos empregadores para seleccionar os candidatos a dado emprego, tornando possível perceber quais são os indivíduos mais “capazes” e “produtivos”, na medida em que permitem classificar em termos de nível de aptidões e de motivação, bem como seleccionar para diferentes postos de trabalho de acordo com características pessoais. Neste sentido, o que motiva a procura de educação não é o investimento no aumento de competências, mas sim as vantagens que o diploma escolar poderá significar enquanto “filtro” no mercado de emprego, independentemente do seu contributo no plano cognitivo (Bulle, 2000).

No domínio da Sociologia, a questão das desigualdades escolares, mais precisamente a relação entre origens sociais e escolaridade, foi dominante durante as décadas de 60 e 70, sendo ainda hoje objecto de grande atenção. A sociologia da educação de língua francesa dividia-se, no início dos anos 70, em dois paradigmas principais protagonizados por Pierre Bourdieu e Raymond Boudon, ambos centrados no fenómeno da desigualdade de oportunidades (Derouet, 2000). O primeiro autor procurava explicar o fenómeno a partir da estrutura social enquanto o segundo desenvolveu o individualismo metodológico. Não é objectivo deste artigo aprofundar cada um destes quadros teóricos mas somente explicitar que, embora advogando perspectivas de análise distintas, os dois conduzem a conclusões semelhantes no sentido de considerar a importância de factores ligados à origem social dos alunos no modo como se processam as escolhas e percursos escolares destes mesmos alunos.

No quadro da sociologia da educação de língua inglesa, importa destacar que as desigualdades de oportunidades na escola foram também objecto de preocupação e análise no mesmo período histórico. Detaque-se, a título de exemplo, os trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos da América por James Coleman em 1965, em resultado de um encomenda do Congresso Americano e analisando a igualdade de oportunidades em termos de igualdade de sucesso escolar. Tal pressupõe a ideia de que, apesar de se verificar uma generalização do acesso ao sistema educativo a todos os estratos sociais, a progressão e sucesso escolar dos alunos não é indiferente às características sócio-económicas das suas famílias.



No que diz respeito ao estudo da inserção profissional, a perspectiva das desigualdades sociais escolares permite colocar em relação a estratificação social e a relação entre educação e emprego, sublinhando-se a importância de ter em conta as variáveis sociais na análise dos percursos escolares e profissionais dos sujeitos. Com efeito, se o acesso ao trabalho está em parte relacionado com o nível e tipo de diploma obtido pelos sujeitos, podemos antever que tal acesso é também condicionado por factores sociais.

Perspectiva teóricas recentes

Na literatura teórica no domínio da Economia, da Sociologia e da investigação educativa sobre as relações entre ensino superior e trabalho/emprego, é frequente encontrarmos diversas referências a perspectivas e abordagens que constituem desenvolvimentos do corpo teórico inicial da Teoria do Capital Humano. A constatação de que os percursos profissionais dos indivíduos são, cada vez mais, marcados por interrupções e afastamentos periódicos da actividade profissional, num contexto de tendência para o crescimento do desemprego e da precariedade contratual, faz emergir a necessidade de reformular as versões iniciais da Teoria do Capital Humano no campo da Economia do Trabalho. Autores como Ben-Porath, Weiss (anos 80), Bollens e Nicaise (anos 90) desenvolveram modelos matemáticos que permitem considerar e quantificar a taxa de crescimento do capital humano ao longo do ciclo de vida, bem como o seu desgaste em situações de desemprego e/ou inactividade (Chagas Lopes e Pinto, 2001).

Noutros termos, constata-se a necessidade de considerar que a qualificação engloba, para além dos recursos escolares, a experiência profissional, constituindo-se como produto de um processo de aprendizagem que decorre ao longo de toda a vida activa. Esta ideia traduz-se, pois, naquilo que podemos chamar uma versão forte da Teoria do Capital Humano, conhecida como Teorias do Ciclo de Vida (Chagas Lopes e Pinto, 2001; Oliveira, 1998).

Ainda que constituam um avanço significativo, estas análises são insuficientes pelo menos num dos seus aspectos. É que, no quadro dessas análises, parece aceitar-se o pressuposto de que a experiência é sempre qualificante, o que não parece verificar-se na realidade. Isto mesmo é reconhecido por autores do domínio da

Economia (ver, por exemplo, Chagas Lopes e Pinto, 2001⁶) e tem vindo a ser evidenciado pela investigação educativa, designadamente na investigação sobre aprendizagem experiencial (ver, por exemplo, Boreham, Samurçay e Fischer, 2002).

Será então importante tomar em consideração, entre vários elementos, o facto de as experiências profissionais não poderem ser tratadas de forma quantitativa e homogénea, pois podem ter efeitos qualificantes muito diversos e até nulos. Noutros termos, os anos de experiência profissional podem não trazer ao sujeito que os vivenciou um aumento ou melhoria da sua qualificação. É também de ter em consideração, a circunstância de que a qualificação dos indivíduos poderá nem sempre ser aproveitada pelos empregadores no contexto organizacional em que os trabalhadores estejam integrados, ou seja, a sua qualificação e as competências e conhecimentos adquiridos poderão não ser pertinentes para as actividades da organização de trabalho em que o sujeito se encontra envolvido.

Assim sendo, estes desenvolvimentos da Teoria do Capital Humano significam o reconhecimento teórico e conceptual de que a formação e construção da competência profissional não se restringe ao período prévio à entrada no mercado de trabalho, mas tem lugar para além deste, podendo assumir diferentes contornos consoante as características dos contextos organizacionais e das actividades de trabalho que os diplomados desenvolvam.

Importa referir, ainda, que nos anos mais recentes alguns autores da área da Economia e da Sociologia têm questionado até que ponto a educação se traduz, de facto, em melhoria do desempenho profissional e em crescimento económico (Chabbott e Ramirez, 2000 entre outros). No plano individual, parece existir evidência de que a escolaridade influencia positivamente os salários, mas o debate continua sobre se os salários são uma forma adequada para medir a produtividade (Chabbott e Ramirez, 2000). No plano colectivo, de acordo com Sianesi e Reenen (2002), persistem dúvidas sobre o retorno do investimento em educação, emergindo as “novas teorias do crescimento económico” a partir da ideia de que há uma parte do crescimento que não pode ser explicada pelos factores capital e trabalho, mas

⁶ A este propósito, os autores afirmam que “nada permite deduzir que o contributo qualificante associado à experiência profissional em determinado posto de trabalho seja directamente proporcional a uma parcela, *h*, do horário de trabalho correspondente. Com efeito, tal não sucederá em processos de trabalho marcados pela rotina e ausência de inovação tecnológica e organizacional. Neste sentido, torna-se necessário entrar em linha de conta com a complexidade dos conteúdos funcionais e sua diferenciação entre as várias empresas, postos e funções, aspectos que condicionarão fortemente a contribuição efectiva de cada um destes para a constituição da qualificação individual, através de experiências de trabalho mais ou menos enriquecedoras.” (Chagas Lopes e Pinto, 2001, p. 161).



permanecendo a interrogação sobre se e de que modo a educação afecta o crescimento económico⁷. Outros autores (Chabbott e Ramirez, 2000) adiantam que, ainda que exista um suporte parcial para os argumentos que sublinham os benefícios económicos da expansão da escolaridade, as consequências desta expansão ao nível do desenvolvimento político e cultural têm ainda de ser exploradas e melhor compreendidas.

No campo da Sociologia, a emergência de perspectivas teóricas que sublinham a necessidade de rejeitar visões demasiado mecanicistas da herança social e cultural de cada indivíduo, admitindo que o mesmo é resultado de experiências sociais múltiplas por vezes até contraditórias⁸, não deve ser esquecida na investigação sobre as relações entre a educação e percurso profissional.

Em síntese, tendo em conta todos os elementos referenciados importa rejeitar leituras apressadas e simplistas que estabelecem uma relação directa e mecânica entre a obtenção de um diploma de ensino superior e o acesso a uma determinada posição e situação profissional. Torna-se necessário, então, construir novos quadros de análise da inserção profissional baseados no pressuposto de que a relação entre diploma e trabalho/emprego dos diplomados é, para utilizar a expressão de Dubar (2001), “socialmente construída”.

Isto, no sentido em que está inserida numa dada conjuntura histórica (económica, profissional e educativa) e depende de um determinado tipo institucional de articulação entre sistema educativo e mundo do trabalho, o qual poderá divergir consoante o espaço geográfico e o nível de ensino. É também necessário considerar que os processos de inserção profissional são eles próprios “socialmente marcados”, pois estando dependentes das estratégias dos actores e ligados a trajectórias biográficas e a desigualdades sociais são influenciados por um conjunto diversificado e complexo de variáveis sociais.

⁷ Embora não seja nosso objectivo aprofundar estes quadros teóricos, parece-nos interessante referir a introdução de perspectivas de análise inovadoras designadamente a de que os investimentos em capital humano poderão ter impactos sociais externos (melhor saúde pública, melhor meio ambiente, participação política e comunitária alargada, menos crime,...) cujos efeitos económicos indirectos importa avaliar (ver Sianesi e Reenen, 2002).

⁸ Referimo-nos, por exemplo, às propostas de Bernard Lahire (2001) para quem a Sociologia pode interessar-se pelas diferenças entre os indivíduos de um mesmo meio social, importando apreender a variação contextual dos comportamentos de um mesmo indivíduo. Ou seja, trata-se de rejeitar a coerência e a homogeneidade das disposições individuais pensadas, exclusivamente, à escala dos grupos e das instituições, para adoptar uma visão mais complexa do indivíduo que é menos unificado e heterogéneo do que se poderia supôr.

Entre o Ensino Superior e o Emprego: Alguns Dados Empíricos sobre Licenciados, Mestres e Doutores

Centrando-nos mais especificamente no caso do ensino superior, procuramos em seguida introduzir alguns elementos de reflexão que decorrem de investigação empírica por nós realizada. Pretendemos contribuir para explicitar de que modo os percursos académicos dos diplomados de ensino superior se entrelaçam com os seus percursos profissionais, ou seja, clarificar alguns contornos das transições entre sistema de ensino superior e mundo do trabalho e emprego.

Um tal contributo tem por base os dados obtidos em duas investigações distintas: uma delas já terminada, centra-se nos processos de inserção profissional de licenciados⁹, enquanto na segunda, ainda em curso, se estudam os percursos pessoais, profissionais, educativos e de aprendizagem de mestres e doutores¹⁰.

No que se refere à investigação sobre licenciados apresentamos dados obtidos através de um questionário aplicado por via postal aos diplomados da Faculdade de Ciências e Tecnologia que haviam terminado os seus cursos no ano de 1995/96. Neste ano lectivo 401 indivíduos terminaram os cursos de licenciatura na FCT, sendo que após a actualização das moradas que constavam dos ficheiros da instituição conseguimos o contacto de 301 diplomados tendo o questionário sido respondido por 103 sujeitos¹¹. Nesta investigação foram também entrevistados 4 diplomados da FCT que trabalhavam em empresas.

No que concerne à investigação sobre mestres e doutores, recorremos aos dados preliminares de um questionário aplicado no primeiro semestre de 2005, também por via postal, a diplomados que haviam obtido o grau de mestre ou doutor nas cinco instituições que integram o projecto nos anos lectivos de 1995/96 e 2000/01. Nos anos lectivos considerados, 569 indivíduos obtiveram os graus de mestre ou doutor na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão, na Universidade de Aveiro e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa em diversos domínios disciplinares. Após a actualização das moradas que constavam dos ficheiros

⁹ Trata-se da investigação de que dá conta a dissertação de doutoramento (Alves, 2004).

¹⁰ Trata-se de um projecto de investigação desenvolvido por uma equipa multidisciplinar e apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com o título "Telos II – Aprendizagem ao Longo da Vida: avaliação de efeitos em diplomados de ensino superior" (2003-2006).

¹¹ A operação de recolha de dados foi bastante bem sucedida tendo em conta a taxa de retorno de questionários devidamente preenchidos (44,1% em relação ao conjunto dos diplomados cujas moradas conseguimos actualizar - universo de trabalho) que se situa acima daquilo que é habitualmente considerado expectável (30%) neste tipo de operações de recolha de dados por via postal.



das instituições conseguimos o contacto de 440 diplomados, tendo o questionário sido respondido por 146¹².

Não se pretende, como é evidente, apresentar exaustivamente os dados obtidos nestas duas investigações, procurando-se somente analisar os resultados que constituem indícios de resposta a três grandes questões que nos parecem essenciais tendo em conta a problemática em análise neste artigo:

- quais as razões dos indivíduos para optar pela frequência de níveis de ensino superiores?

- quais os graus de satisfação dos diplomados relativamente à sua trajectória profissional e à situação de trabalho/emprego que ocupavam no momento em que foram inquiridos?

- quais as principais características dos percursos profissionais dos diplomados?

Quais as razões dos indivíduos para optar pela frequência de níveis de ensino superiores?

No que respeita às razões que justificam a procura de ensino superior a nível da licenciatura, verificamos que, quer na opção pela frequência do ensino superior, quer na escolha do curso, o conjunto das razões mais apontadas para justificar estas duas escolhas pelos inquiridos combina factores relacionados com áreas de interesse e/ou desenvolvimento intelectual e aspectos ligados às saídas profissionais.

No caso dos licenciados, a escolha de frequentar o ensino superior é justificada, predominantemente, pelo contributo que tal significa para o desenvolvimento intelectual (60,2% dos inquiridos) e a opção por um determinado curso dentro deste nível de ensino é explicada, sobretudo, pelo circunstância de permitir a aquisição de conhecimentos em área de interesse (68,4%). Porém, as justificações relacionadas com as “saídas profissionais” surgem também com grande destaque, uma vez que das cinco razões mais apontadas para a escolha do curso e do ensino superior há três que se relacionam com perspectivas futuras no plano profissional (por exemplo, “poder desempenhar a profissão desejada” e “permitir o acesso a uma profissão que o realizasse pessoalmente” entre outras).

¹² Também esta operação de recolha de dados se pode considerar bem sucedida tendo sido alcançada uma taxa de resposta de 32,9% em relação ao conjunto dos diplomados cujas moradas conseguimos actualizar.

Quadro 1 – Razões dos licenciados para frequentar um curso e o ensino superior

Razões para frequentar ensino superior	%	Razões para escolher o curso concluído	%
Contribuir para o desenvolvimento intelectual	60,2%	Permitir aquisição de conhecimentos em área de interesse	68,4%
Poder desempenhar a profissão desejada	53,4%	Permitir acesso a uma profissão que o realizasse pessoalmente	42,1%
Gostar de estudar e adquirir mais conhecimentos	43,6%	Permitir saídas profissionais diversificadas	33,1%
Mais possibilidades de emprego bem remunerado	42,9%	Pela estrutura curricular do curso	24,1%
Progredir na carreira profissional	32,3%	Permitir boas saídas profissionais	18,8%

Os dados sublinham a necessidade de ter redobrado cuidado na afirmação de que as perspectivas de emprego sejam determinantes na escolha de frequentar ou não o ensino superior, pois as razões “profissionais” não são as principais na justificação da opção pelo ensino superior. Colocamos, no entanto, a hipótese de que a preocupação com as questões de emprego de diplomados tenha vindo a assumir um peso crescente na estrutura das razões de procura e acesso ao ensino superior.

Esta hipótese, encontra algum suporte na análise dos dados que recolhemos através de entrevista, nomeadamente porque o único diplomado entrevistado para quem o acesso a melhores oportunidades profissionais não é uma das razões apontadas para escolher o ensino superior é aquele que concluiu o curso há mais tempo (há cerca de 8 anos). Para os restantes entrevistados, que concluíram a licenciatura no máximo há cerca de 2 anos e meio, a utilidade do diploma de ensino superior a nível profissional é amplamente evocada para justificar a escolha de frequentar o ensino superior e o curso que concluíram a par de outras razões como a necessidade de “desenvolver os conhecimentos” e a vontade de “alargar os horizontes”. Dando a palavra aos entrevistados:



“A nível profissional, não dá para ir mais além sem ter essa formação. É preciso ter essas bases. Com o 12º ano... a viver na terra... «partia as pernas!»” (Marta, Engenheira do Ambiente)

“Eu sempre tive boas notas, porque é que eu ia ficar com o 12º ano? Se para mim era tão fácil estudar? Queria era ganhar dinheiro e ter uma vida boa! (...) O diploma significa uma vida melhor! (...) O mercado está mais para... um licenciado é um licenciado e acabou!” (Maria, Engenheira de Produção Industrial)

“Acho que as pessoas saem da escola só com umas noções... pronto... daquilo que existe. Porque o que a gente aprende é um pouco cultura geral e como é que é matemática, não é? Mas é tudo muito básico... e não sabem fazer nada.” (Paula, Engenheira Mecânica)

Significa isto, que a estrutura de razões apontada pelos diplomados para justificar a escolha do ensino superior e do curso concluído denota a preocupação com as perspectivas profissionais, nomeadamente enquanto meio de “assegurar uma vida melhor”, a par de aspectos como o “interesse da área em estudo” e a necessidade e vontade de “ampliar conhecimentos”. No entanto, para além disto, a análise dos dados das entrevistas evidencia uma terceira dimensão (que não foi apreendida nas respostas ao questionário), igualmente importante na escolha de um curso de ensino superior, a qual se relaciona com a influência de familiares.

“Os meus pais sempre quiseram que os filhos estudassem e como nós também chegamos ao último ano do secundário, nós não sabemos fazer nada, não é?” (Paula, Engenheira Mecânica)

Relativamente a esta última dimensão, é de notar que encontramos indícios de que a decisão de frequentar o ensino superior, longe de constituir um acto estritamente individual, é influenciada por um conjunto de aspirações e expectativas presente nas famílias de origem dos sujeitos. Ou seja, a opção de frequentar o sistema de ensino até ao nível de escolaridade superior decorre, em parte, de projectos de futuro idealizados pelas famílias para os seus membros mais jovens que são interiorizados por estes.

No que se refere aos mestres e doutores constatamos, de modo semelhante, que as razões que são consideradas muito importantes ou importantes para prosseguir estudos no ensino superior correspondem a “contribuir para o desenvolvimento intelectual” e “adquirir mais conhecimentos”. Com um destaque inferior, mas ainda assim bastante significativo, surge, no caso dos mestres, “poder fazer melhor o emprego” e “progredir na carreira profissional”, enquanto para os doutores se aponta “pertencer à comunidade científica”. Estes dados podem ser consultados no quadro seguinte.

Quadro 2 – Razões mais importantes para optar pelo mestrado e pelo doutoramento

Razões importantes e muito importantes	Mestrado	Doutoramento
Adquirir mais conhecimentos	83,5%	22,8%
Contribuir para o desenvolvimento intelectual	81,4%	21,4%
Poder fazer melhor o emprego	71,7%	18%
Pertencer á comunidade científica	44,2%	20,7%
Progredir na carreira profissional	62,1%	15,8%

Porém, como era expectável, a grande maioria dos mestres e doutores realizam estes cursos superiores ao mesmo tempo que exercem uma profissão remunerada (90,6% dos mestres inquiridos e 81% dos doutores inquiridos). Isto, embora no caso dos mestres mais de metade (64,6%) não conclua o curso por exigências da carreira académica, enquanto, inversamente, 72,2% dos doutores obtiveram o grau por exigências da carreira académica.

Assim sendo, nas razões apontadas pelos sujeitos para terem demorado mais do que o tempo previsto a concluir o mestrado ou o doutoramento destaca-se a que remete para “dificuldades em conciliar o curso com o emprego”. Esta razão destaca-se mais claramente no caso dos mestrados (59,3% dos mestres e 29,6% dos doutores), pois muitos dos doutores deverão ter usufruído de dispensas de serviço docente para a realização do seu doutoramento, uma vez que o concretizaram por exigências da carreira académica. De notar que, no que respeita ao doutoramento, assume grande significado a opção de resposta “casamento e nascimento de filhos” (22,2%) como razão para atrasar a conclusão do doutoramento.



Quais os graus de satisfação dos diplomados relativamente à sua trajectória profissional e à situação de trabalho/emprego que ocupavam no momento em que foram inquiridos?

A constatação de elevados níveis de satisfação dos diplomados sobre o modo como decorrem os seus percursos profissionais parece ser um elemento comum a diversas investigações referentes ao ensino superior. Tal sucede, também, quer na investigação que realizámos anteriormente sobre licenciados, quer naquela que actualmente decorre sobre mestres e doutores.

Quadro 3 – Graus de satisfação dos licenciados com o percurso profissional e a situação profissional actual

Grau de satisfação	Com o percurso profissional	Com a situação profissional actual
Muito satisfeito	25,6%	24,1%
Satisfeito	58,6%	51,9%
Pouco satisfeito	12%	15,8%
Nada satisfeito	1,5%	3,8%

No caso dos licenciados, a análise de dados revela-nos que a grande maioria (84,2%) se declara satisfeita ou muito satisfeita com o percurso profissional decorrido até ao presente e um grupo ligeiramente menor (76%) afirmam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a situação profissional actual.

No caso do estudo com mestres e doutores, verificamos que aqueles que se declaram satisfeitos e muito satisfeitos com o modo como tem decorrido a sua trajectória profissional totaliza cerca de 90% dos inquiridos, sendo este valor mais elevado no grupo dos doutores (91%) quando comparado com o grupo dos mestres (81,3%). De modo semelhante ao que se verificou para os licenciados, no que respeita à ocupação profissional actual (isto é, no momento da inquirição) o grau de satisfação é ligeiramente inferior mas ainda assim corresponde a cerca de 85% dos inquiridos (81% no caso dos doutores e 81,3% no caso dos mestres).

Quadro 4 – Grau de satisfação de mestres e doutores com a trajectória profissional e a ocupação profissional actual

Grau de satisfação	Com a trajectória profissional	Com a ocupação actual
Muito satisfeito	31,4%	31,2%
Satisfeito	59,3%	53,9%
Pouco satisfeito	7,9%	10,6%
Nada satisfeito	1,4%	4,3%

Em síntese, os graus médios de satisfação com o percurso e situação profissionais parecem tender a elevar-se à medida que os indivíduos vão prolongando os seus percursos de escolaridade até aos graus mais elevados dentro do ensino superior. De modo simplificado, sucede que, aparentemente, uma mais longa escolaridade tende a traduzir-se em níveis de satisfação mais elevados com a trajectória profissional.

Procurando explicitar as justificações de tão elevados graus de satisfação, destacam-se, por serem frequentemente mencionadas quer no caso na trajectória profissional quer no da ocupação actual, as razões de tipo “profissional” (como sejam progressão na carreira, melhoria da situação profissional, realização profissional,...) logo seguidas das razões de carácter “pessoal” (isto é, fazer o que se gosta, enriquecimento cultural, possibilidade de fazer coisas novas e desafiantes,...). As razões de natureza “sócio-económica” (por exemplo, contribuir para o desenvolvimento da sociedade) têm uma expressão muito reduzida.

Quais as principais características dos percursos profissionais dos diplomados inquiridos?

Uma das dimensões de caracterização dos percursos dos diplomados de ensino superior corresponde à mobilidade profissional que os mesmos protagonizam. Neste domínio, importa notar que na investigação sobre licenciados havíamos colocado a hipótese de que a mudança de emprego e a precaridade contratual fossem particularmente significativas nos primeiros anos após a obtenção de um primeiro diploma de ensino superior.



Esta hipótese parece encontrar algum suporte no quadro da investigação sobre mestres e doutores, pois é notório que quase metade destes inquiridos (46,9%) se encontram na primeira ocupação profissional que obtiveram, enquanto cerca de 1/5 (23,4%) tiveram 1 emprego e mais de 1/5 (29,7%) tiveram 2 ou mais empregos entre a primeira ocupação e a ocupação actual.

A tendência para a progressiva obtenção de uma situação contratual mais estabilizada, que já tinha sido notada na investigação sobre inserção profissional de licenciados, é reforçada pelos dados do estudo centrado nos mestres e doutores. Os dados que obtivemos evidenciam que entre a primeira ocupação e a ocupação actual aumentam aqueles que exercem a sua actividade profissional com um contrato “sem termo” (de 37,4% para 58,3%) e diminuem aqueles que têm um contrato “com termo” (de 30,2% para 22,3%), bem como os que têm “bolsas de estudo ou investigação” (de 10,1% para 5%) ou ainda os que têm contrato de “prestação de serviços” (de 12,2% para 2,9%).

Gostariámos de notar, ainda com base na investigação sobre mestres e doutores, que as mudanças de profissão são muito pouco significativas. A maior parte dos sujeitos (83,2%) ocupava profissões que se enquadram no grande grupo de “especialistas das profissões intelectuais e científicas” e mantêm-se dentro deste mesmo grupo na ocupação actual (82,1%). Sublinhe-se, não obstante, que o grupo dos “quadros superiores da Administração Pública e de dirigentes e quadros superiores das empresas” quase triplica entre a primeira ocupação (5,8%) e a ocupação actual (15%). Tal reforça a noção decorrente da investigação sobre inserção profissional de licenciados no sentido de afirmar que as oportunidades de acesso a posições de chefia e de exercício de actividade profissional como empresário vão crescendo com a passagem dos anos após a formação inicial de nível superior.

Assim sendo, não estranhámos que a observação da variável situação perante a profissão revele um aumento daqueles que são “patrões” bem como daqueles que são “trabalhadores por conta de outrem”, ao mesmo tempo que diminuem aqueles que se encontram numa situação “outra” (geralmente como bolseiros) ou na categoria “trabalhadores por conta própria” a qual, como percebemos em investigação anterior¹³, esconde frequentemente situações contratuais precárias.

¹³ Na análise de dados recolhidos no âmbito de investigação anterior (Alves, 2004) sublinhámos que o decréscimo de trabalhadores por conta própria ao longo dos 5 anos que se seguem à conclusão da licenciatura traduz, em parte, a redução dos que exercem actividades ocasionais e pontuais com recibo

Tendo em conta os dados que temos vindo a apresentar torna-se compreensível que, ao nível da posição de classe social¹⁴ de mestres e doutores, se verifique que são os “profissionais técnicos e de enquadramento” que dominam quer ao nível da primeira ocupação quer na ocupação actual, sendo notório que o grupo dos “empresários, dirigentes e profissionais liberais” aumentam entre as duas ocupações.

Uma outra importante dimensão de análise dos percursos profissionais centra-se na observação das situações de desemprego. Na investigação sobre licenciados concluímos que as situações de desemprego afectam um número muito reduzido de licenciados (cerca de 3% nos momentos 3 e 5 anos após o final do curso), sendo pouco frequentes e tendendo a raramente ultrapassar os 12 meses. Estas situações de desemprego pareciam decorrer mais de constrangimentos e dificuldades no acesso ao emprego do que de estratégias próprias dos diplomados no sentido de se manterem inactivos.

No que se refere aos mestres e doutores, de forma semelhante, é notório que 89,6% nunca estiveram desempregados desde a conclusão do seu curso de licenciatura, existindo uma tendência ligeira para esse valor ser mais elevado no grupo dos doutores (90,9%) do que no grupo dos mestres (88,8%). De entre os restantes 10,4% que estiveram desempregados, a esmagadora maioria (9%) enfrentaram um único período de desemprego. À semelhança do que referimos para os licenciados, as razões para o desemprego encontram-se, sobretudo, em constrangimentos do mercado de emprego (do tipo não renovação do contrato ou encerramento da empresa) tendo menor destaque as razões do próprio (como o descontentamento com as condições de trabalho ou com a remuneração). Dos 18 mestres e doutores que já vivenciaram um período de desemprego, um grande parte ocupou-se durante esse período a frequentar acções de formação (5) e a frequentar ou concluir o mestrado (3), enquanto 2 realizaram actividades pontuais e os restantes se mantiveram inactivos.

Por fim, ainda uma outra dimensão de análise dos percursos profissionais, aponta para os modos como se obtém emprego. Neste domínio, os trabalhos sobre inserção profissional de licenciados levaram-nos a concluir por um destaque bastante assinalável de meios de obtenção de emprego do tipo “conhecimentos pessoais”, sendo que a consulta de estudos de comparação europeia (Kieffer e Tanguy, 2001)

verde e que se auto-classificam, na resposta ao inquérito por questionário, como trabalhadores por conta própria sem empregados.

¹⁴ Utilizámos as grelhas de construção de lugares de classe social e as tipologias de referência desenvolvidas por Machado et al. (2003).



evidenciou que esta poderia ser uma especificidade do Sul da Europa onde as redes familiares e sociais são mais activas do que noutras regiões do continente enquanto elemento que intervem no acesso ao emprego.

Porém, é de sublinhar que os resultados obtidos no questionário a mestres e doutores contrariam estes dados, no sentido em que o “concurso” tanto ao nível da primeira ocupação (40%) como no que respeita à ocupação actual (43,8%) é a forma predominante de obtenção de emprego. Outros meios de obtenção de emprego são, no caso da primeira ocupação, a “relação pessoal” (13,8%) e a resposta a anúncio (11,7%) e, no que diz respeito à ocupação actual, a relação profissional (16,1%) e a relação pessoal (11%). Esta tendência para um peso crescente das relações profissionais no acesso a novas situações de emprego tinha já sido notada noutros estudos anteriores e parece-nos ser inerente à mais longa experiência profissional dos sujeitos.

Nota Conclusiva: Que Correspondência entre Expectativas sobre o Diploma e Percursos de Diplomados?

Os elementos de natureza teórica e empírica reunidos neste trabalho conduzem, a nosso ver, a concluir que existe um certo empolamento das dificuldades de emprego dos diplomados de ensino superior. Dizemos “empolamento” porque os indicadores sobre desemprego, tipo de contrato e níveis de satisfação com o percurso profissional, não nos parecem ser globalmente muito desfavoráveis aos licenciados, mestres e doutores.

Com efeito, embora existam situações de desemprego e de precariedade contratual, bem como alguns sujeitos se manifestam insatisfeitos com o percurso profissional e com a situação profissional no momento da inquirição, estes elementos negativos não parecem ser tão expressivos quanto a observação das opiniões expressas correntemente sobre este assunto nos debates públicos e nos meios de comunicação social fariam supôr. Mas também não é demais notar que a situação tem vindo a degradar-se, pois os estudos que permitem analisar a evolução da inserção profissional dos diplomados de ensino superior de uma dada instituição, imediatamente após o curso, ao longo dos últimos anos, apontam para um agravamento das condições de inserção profissional deste grupo de diplomados (ver, por exemplo, Martins, Arroteia e Gonçalves, 2002).

Nestas condições, consideramos que a crescente visibilidade social das dificuldades de emprego dos diplomados de ensino superior deve ser, ela própria, objecto de reflexão. Em nosso entender, essa visibilidade decorre, em parte, do crescimento acentuado de diplomados de ensino superior, o qual significa que um maior número de indivíduos se interessa e é afectado pelas questões que dizem respeito a este nível de ensino. Mas trata-se, também, de uma consequência de as condições de emprego dos diplomados serem consideradas “difíceis”, o que não está em consonância com as expectativas previamente existentes segundo as quais o prolongamento dos percursos escolares até ao nível do ensino superior constituiria o “passaporte” para o acesso a situação profissional e contratual favorecida.

Numa investigação realizada em Inglaterra (Bennett, Dunne e Carré, 2000) sobre os primeiros anos profissionais de diplomados de ensino superior, constata-se que as dificuldades mais significativas da fase de transição do espaço educativo para o mundo profissional se encontram, precisamente, quer no desfasamento entre as expectativas construídas durante o percurso escolar e as condições encontradas no mundo profissional, quer no choque com regras e valores do mundo do trabalho. Argumenta-se, conseqüentemente, que estas dificuldades poderiam ser menores com um maior e melhor conhecimento, por parte dos diplomados, sobre o mundo económico e profissional e sobre as oportunidades e perspectivas que oferece.

Em nosso entender, estas expectativas elevadas sobre o valor do diploma de ensino superior na transição para o mundo profissional, têm as suas raízes nas perspectivas teóricas tradicionais já referenciadas que postulavam a existência de uma relação directa e mecânica entre dado diploma e o nível correspondente de recompensas simbólicas e materiais. Designadamente, a difusão mais ou menos alargada dos pressupostos da Teoria do Capital Humano para além da comunidade académica fez com que, ao nível do senso comum, se tornasse habitual estabelecer uma relação quase directa entre uma hierarquia de diplomas de ensino e uma hierarquia de postos de trabalho, optando-se por percursos escolares mais longos que deveriam garantir recompensas profissionais e salariais. Neste sentido, argumenta-se também que a dinâmica evolutiva do mercado de trabalho exigiria qualificações escolares mais elevadas, pelo que um diploma de ensino superior garantiria a obtenção mais fácil de empregos melhores e mais bem remunerados.

Todavia, hoje em dia tem vindo a ser constatada uma modificação das carreiras e dos empregos tradicionais dos diplomados de ensino superior que se traduz numa



alteração das condições de emprego e das tarefas e funções tradicionalmente desempenhadas por estes indivíduos. Como são vivenciados, percebidos e sentidos pelos sujeitos estes novos contextos de actividade profissional dos diplomados de ensino superior? Que desafios colocam estes novos contextos à construção identitária e ao desenvolvimento de competências e conhecimentos necessários ao exercício da actividade profissional? Que significado e implicações deveremos associar ao facto de que tanto os licenciados como também os mestres procuram frequentar o ensino superior em grande medida por razões outras que não as ligadas a necessidades e exigências sentidas no exercício da sua profissão? São questões que permanecem em aberto para aprofundamento no futuro.

Bibliografia

- Alves, M. G. (2004). *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. [Tese de Doutoramento, documento policopiado]
- Bennett, N., Dunne, E., & Carré, C. (2000). *Skills development in higher education and employment*. Buckingham: The Society for Research in Higher Education and Open University Press.
- Blaug, M. (1985). Where are we now in the economics of education? In M. Blaug (1992), *The Economic Value of Education: Studies in the Economics of Education* (pp. 212-222). Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.
- Boreham, N., Samurçay, R., & Fisher, M. (Org.) (2002). *Work Process Knowledge*. London and New York: Routledge.
- Bulle, N. (2000). *Sociologie et Éducation*. Paris: PUF.
- Cabrito, B. G. (1999). *Análise socioeconómica do financiamento do ensino superior universitário em Portugal: contributos para o processo decisional de (re)construção de uma política sócio - educativa para o ensino superior universitário público*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. [Tese de Doutoramento, documento policopiado]
- Cerdeira, M. L. M. (1999). *Da contribuição das instituições de ensino superior para o desenvolvimento de uma região – o Alentejo. O caso dos diplomados do ensino superior – ano lectivo 1994/95*. Évora: Universidade de Évora. [Tese de Mestrado, documento policopiado]



- Chabbott, C., & Ramirez, F. O. (2000). Development and Education. In M. T. Hallinan, *Handbook of the Sociology of Education* (pp. 163-187). New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Chagas Lopes, M., & Pinto, A. S. (2001). O ensino superior e a formação e aprendizagem ao longo da vida. In A. Moreira, & J. Barata-Moura (Coord.), *Ensino Superior e Competitividade*, volume II (pp. 145-226). Lisboa: Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.
- Charlot, B., & Glasman, D. (1998). Introduction. In B. Charlot, & D. Glasman, *Les jeunes, l'insertion, l'emploi* (pp. 11-26). Paris: PUF.
- Derouet, J.-L. (2000). Les inégalités d'éducation: un classique revisité (présentation). *Education et Sociétés*, 5/2000/1, 5-7.
- Dubar, C. (2001). La construction sociale de l'insertion professionnelle. *Éducation et Sociétés*, 7/2001/1, 23-36.
- Lahire, B. (2001). Catégorisations et logiques individuelles: les obstacles à une sociologie des variations intra-individuelles. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. CX, 59-81.
- Machado, F. et all. (2003). Classes sociais e estudantes universitários. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.
- Martins, A. M., Arroiteia, J. C., & Gonçalves, M. M. B. (2002). *Sistemas de (des)emprego: trajetórias de inserção*. Aveiro: Unidade de Investigação Construção do Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação, Universidade de Aveiro.
- Kieffer, A., Tanguy, L. (2001). Les mouvements de la recherche sur l'insertion sociale, 1980-2000. *Éducation et Sociétés*, 7/2001/1, 95-109.
- Oliveira, L. (1998). *Inserção profissional - o caso da reestruturação dos lanifícios da Covilhã*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Sianesi, B., Van Reenen, J. (2002). *The returns to education: a review of the empirical macro-economic literature*. London: Centre for the Economics of Education – London School of Economics and Political Science, <http://www.ifs.org.uk/workingpapers/wp0205.pdf> (acesso em 17/5/2002)
- Teichler, U., Kehm, B. (1995). Towards a new understanding of the relationship between higher education and employment. *European Journal of Education: research, development and policies*, 30, 115-132.